

A OFERTA DE TRABALHO NO BRASIL NA PERSPECTIVA DO TEMPO DE ESTUDO DOS TRABALHADORES¹

Leonardo Moura L. C. de Siqueira²
Laumar Neves de Souza³

RESUMO

O presente artigo objetiva identificar as principais transformações da força de trabalho do Brasil na perspectiva da sua qualificação mediante a conclusão de anos de estudos entre os anos de 2001 a 2015. Para tanto, são analisados dados disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o mencionado período. Nele se observa que o intenso processo de elevação da escolaridade dos trabalhadores do país não se traduz em atendimento às expectativas socialmente estabelecidas durante o século passado, de que a dedicação aos estudos são a base para uma melhor inserção no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Oferta de trabalho; Brasil.

THE LABOR OFFER IN BRAZIL IN THE PERSPECTIVE OF WORKERS 'TIME OF STUDY

ABSTRACT

The present article aims to identify the main transformations of the Brazilian labor force in the perspective of its qualification by means of the conclusion of years of studies between the years of 2001 to 2015. For this, it analyzes the data of the base of the National Survey by Sample of Domiciles (PNAD) for the period. It notes that the intense process of raising the level of education of the country's workforce does not translate into meeting socially established expectations during the last century, that dedication to studies is the basis for a better insertion in the labor market.

Keywords: Labor market; labor supply; Brazil.

JEL: J01

1 INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas três décadas, o mercado de trabalho brasileiro tem passado por profundas transformações, *pari passu* com mudanças vivenciadas nos planos da economia e da política do país que, a partir dos anos 1990, acelerou seu processo de integração aos sistemas produtivo e financeiro globais (ALVES, 2007; ANTUNES, 2005; POCHMANN, 2002 e 2008). Impulsionada pelas ondas de

¹ Este artigo é um dos derivados da pesquisa de mestrado intitulada "A dimensão social do desenvolvimento sob a ótica do trabalho no Brasil do século XXI", realizada pelo seu autor principal sob a orientação do seu segundo autor. Sua elaboração se fez possível graças à bolsa de estudos cedida pela CAPES ao pesquisador no período do curso, de abril/2016 a março/2018.

² Economista e Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS. E-mail: leo.mouralima@me.com

³ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS. E-mail: laumar.souza@unifacs.br

desemprego vivenciadas nesse período, a competição entre os trabalhadores na cata pelas melhores oportunidades de inserção, fenômeno típico de conjunturas dessa natureza, previsto por Offe e Hinrichs (1989, p. 61-66), se intensificou, fortalecendo-se a busca da qualificação por meio do estudo como uma estratégia competitiva de diferenciação da mão de obra. De fato, uma das maiores alterações que pode ser destacada no mercado de trabalho nacional é o incremento do tempo de dedicação aos estudos por parte dos indivíduos da população trabalhadora, fenômeno que, como será visto por meio dos dados que aqui são ruminados, se processou especificamente nos primeiros quinze anos do século XXI.

Partindo dessa contextualização, o presente artigo tem por objetivo descrever as mutações verificadas sobre a oferta de trabalho no Brasil sob a ótica do tempo de estudo dos indivíduos, entre os anos 2001 e 2015. Por meio da análise de indicadores, busca-se identificar em que medida a expectativa de melhor inserção no Mundo do Trabalho foi atendida em função da elevação das credenciais educacionais dos trabalhadores.

Para este intento, adotou-se como principal fonte de dados a base da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴. Atento ao fato de que, dentro de um determinado universo populacional, nem todos os indivíduos se encontram no mercado de trabalho (OFFE; HINRICHS, 1989, p. 57-58), para a análise proposta, foram objeto de apreciação os números relativos ao grupo populacional que se encontra pressionando o mercado de trabalho, ou seja, aqueles que se referem à População Economicamente Ativa (PEA)⁵.

Visando cumprir com sua finalidade, o texto foi estruturado em cinco partes além desta Introdução e das Considerações Finais. Na primeira, realiza-se uma análise panorâmica da evolução da PEA. Na segunda, são observados os comportamentos dos seus dois subconjuntos - ocupados e desocupados. Em

⁴ A opção pela PNAD em detrimento da PNAD Contínua, que é uma versão mais atual da pesquisa trabalhada, se deu pelo fato desta não guardar números relativos ao período proposto neste estudo.

⁵ Existem novas nomenclaturas definidas no âmbito da Organização Internacional do Trabalho durante a 19ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, realizada em 2013 e que já foram adotadas pela PNAD Contínua. Entretanto, com vistas à manutenção do rigor conceitual, foi imperativa a adoção das categorias da PNAD (ver Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Notas metodológicas, disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/microdados/2015/Metodologia_20170517.zip).

seguida, na terceira parcela do texto, aprofunda-se o olhar sobre a população ocupada, de acordo com as cinco mais importantes posições na ocupação (empregado, doméstico, conta própria, empregador e não remunerado). Na quarta seção, pondera-se sobre o processo de flexibilização das formas de contratação do trabalho. Já na quinta, examina-se a evolução da remuneração do trabalho.

2 PANORAMA DA OFERTA DE TRABALHO NO BRASIL NOS ANOS RECENTES

Ao se analisar os dados da PNAD referentes à classificação dos grandes subconjuntos populacionais brasileiros em relação ao mercado de trabalho, observa-se que a PEA apresentou um crescimento de 24,3% entre 2001 e 2015 (Tabela 1). Por ser tal aumento menor que o verificado no subconjunto que a contém (a População em Idade Ativa – PIA), a taxa de participação para o referido período caiu 1,8%, saindo de 60,5% para 59,4%. Entretanto, avaliando-se o espaço de tempo em fragmentos de 5 (ou 6 anos, entre 2009 e 2015), observa-se crescimento entre 2001 e 2005 (4,0%), leve redução de 2005 a 2009 (1,3%) e, a partir de 2009 uma queda mais acelerada, que até 2015 é de 4,3%, contrariada, em 2014, quando o indicador cresceu 2,2% em relação ao ano anterior (Tabela 1).

Essas variações observadas na taxa de participação resultaram das mudanças de cenário do mercado de trabalho que, por sua vez, refletiram a dinâmica da economia do país. Assim foi que, em períodos de retração ou de baixa dinâmica econômica, como entre 2001 e 2003, observou-se a manutenção de elevadas taxas de desemprego e um concomitante aumento da taxa de participação, que representa a pressão demográfica sobre o mercado de trabalho (Tabela 1). O período de maior crescimento da taxa de participação, entre 2001 e 2005, corresponde ao mesmo em que a taxa de desocupação se manteve em patamares mais elevados. Com efeito, apenas à medida que a desocupação apresentou quedas sucessivas a partir de 2006, ou seja, depois que a economia consolidou seguidos incrementos reais, é que se verificou redução na taxa de participação (Tabela 1).

Tabela 1 - Evolução da distribuição populacional em relação ao mercado de trabalho - Brasil, 2001, 2005, 2009 e 2015

Ano	Populações						Tx. Part.	Tx. Desocup.
	Total	PIA	PNEA	PEA	Ocupados	Desocupados		
2001	172.742.385	140.404.412	55.518.148	84.886.264	76.936.438	7.949.826	60,5%	9,4%
2002	175.076.603	143.121.597	55.371.774	87.749.823	79.708.522	8.041.301	61,3%	9,2%
2003	177.360.349	145.742.796	56.258.084	89.484.712	80.775.414	8.709.298	61,4%	9,7%
2004	183.439.253	150.845.950	57.282.163	93.563.787	85.245.933	8.317.854	62,0%	8,9%
2005	185.651.425	153.722.254	57.040.208	96.682.046	87.695.271	8.986.775	62,9%	9,3%
2006	187.851.823	156.758.044	58.898.251	97.859.793	89.636.973	8.222.820	62,4%	8,4%
2007	189.953.924	159.411.395	60.512.220	98.899.175	90.854.655	8.044.520	62,0%	8,1%
2008	191.999.849	162.266.233	61.679.940	100.586.293	93.420.362	7.165.931	62,0%	7,1%
2009	193.995.123	164.640.165	62.359.292	102.280.873	93.783.537	8.497.336	62,1%	8,3%
2011	197.825.297	169.211.451	67.625.798	101.585.653	94.763.220	6.822.433	60,0%	6,7%
2012	199.688.907	171.035.897	68.572.836	102.463.061	96.100.290	6.362.771	59,9%	6,2%
2013	201.467.084	173.132.594	69.731.130	103.401.464	96.659.379	6.742.085	59,7%	6,5%
2014	203.190.852	175.234.405	68.409.995	106.824.410	99.447.612	7.376.798	61,0%	6,9%
2015	204.860.101	177.656.822	72.137.391	105.519.431	95.380.483	10.138.948	59,4%	9,6%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), 2001-2009 e 2011-2015.

Lançando o olhar sobre esta oferta de trabalho a partir do ponto de vista da sua distribuição por faixas de anos de estudo, a evolução dos seus números evidencia uma intensa busca por elevação de escolaridade por parte da força de trabalho. Em 2001, as duas classes com menor tempo de estudo somada à daqueles sem instrução, ou seja, o contingente de indivíduos que finalizaram no máximo os sete anos iniciais do sistema formal de ensino perfazia mais da metade da PEA (54,1%), enquanto as duas últimas, ou seja, a dos indivíduos com onze anos ou mais de estudo compunham 28,6% da PEA. Em 2015, essa realidade praticamente se inverteu. Isso porque, o primeiro grupo passou a corresponder a 31,2% da PEA e aquele com maiores credenciais educacionais cresceu para mais da metade da força de trabalho, somando 51,5% desta (Tabela 2).

Internamente também, no âmbito dos indivíduos com menor tempo de estudo, eles, paulatinamente, entre 2001 e 2015, passaram a ingressar em quantidade relativamente menor no mercado de trabalho. Tal fato pode ser observado na queda de 24,9% na taxa de participação dos indivíduos sem instrução, que reduziu de 52,9% para 39,8%, e na baixa de 24,5% deste indicador para os indivíduos com tempo de estudo de 1 a 3 anos que decresceu de 49,4% para 37,3%. Ou seja,

intensificou-se por parte das pessoas em idade ativa a opção por ingressar no mercado de trabalho à medida que ampliavam seu tempo de estudo acumulado. Este processo ainda foi corroborado, a partir principalmente de 2005, pela melhoria na dinâmica econômica do país, que entre este ano e o de 2011 cresceu em média (3,95% a.a.), fato esse que trouxe reflexos positivos sobre o nível de ocupação.

Tabela 2 – Evolução da distribuição da PEA e da taxa de participação por faixas de anos de estudo Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015

Variável / Categoria	2001		2005		2009		2015	
	Dist. PEA	Tx. Part.						
Anos de Estudo	100,0%	60,5%	100,0%	62,9%	100,0%	62,1%	100,0%	59,4%
Sem Instrução	11,1%	52,9%	9,1%	52,6%	7,5%	48,0%	5,7%	39,8%
De 1 a 3 anos	13,5%	49,4%	11,2%	50,0%	8,9%	43,7%	6,4%	37,3%
De 4 a 7 anos	29,5%	53,9%	26,8%	54,0%	23,1%	51,2%	19,1%	45,8%
De 8 a 10 anos	16,9%	65,2%	17,4%	66,8%	17,2%	64,9%	17,3%	59,7%
De 11 a 14 anos	21,9%	78,1%	27,6%	80,5%	33,0%	80,1%	37,7%	76,3%
15 ou mais anos	6,7%	85,3%	7,6%	85,6%	10,1%	85,1%	13,8%	82,0%
Não determinado	0,4%	70,3%	0,3%	73,1%	0,2%	70,4%	0,1%	62,2%
Não informado	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-	0,0%	-

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), 2001, 2005, 2009 e 2015.

3 EVOLUÇÃO DA (DES)OCUPAÇÃO SEGUNDO O TEMPO DE ESTUDO

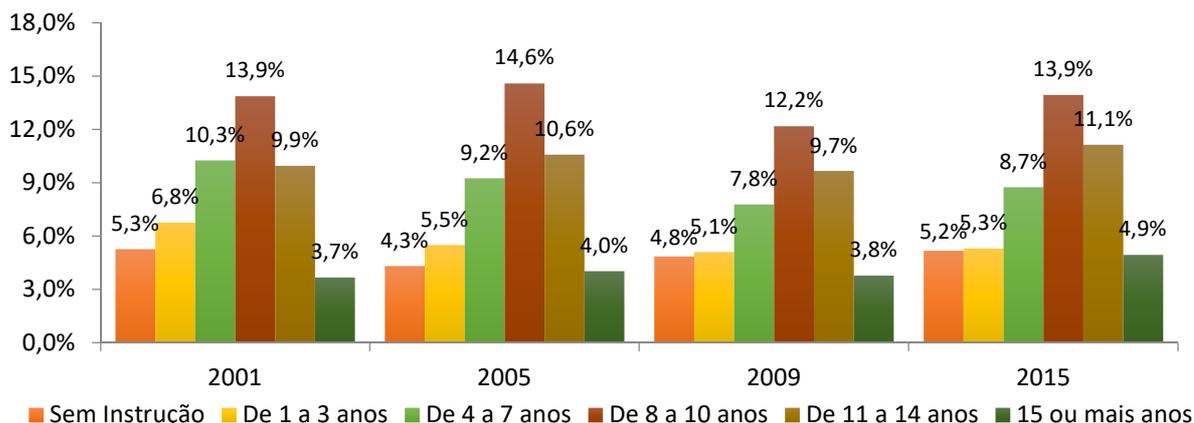
Sob o aspecto do tempo de estudo, é comum se pensar que quanto mais um indivíduo se dedica aos estudos, maiores e melhores são suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Esse raciocínio, quando testado com base nos dados da taxa de desocupação brasileira no período de 2001 a 2015, se mostra apenas parcialmente verdadeiro, já que, dentre as três faixas com maior tempo de estudo, apenas no conjunto da força de trabalho de indivíduos com quinze anos ou mais de formação a taxa de desemprego se fez menor que a taxa geral de desocupação (Gráfico 1). Em relação à taxa verificada em 2001, para o estrato com maiores credenciais escolares, a desocupação cresceu 32,4%, saltando de 3,7% para 4,9% em 2015.

Considerando que, atualmente, o sistema de educação formal define o tempo mínimo do ensino fundamental em nove anos e o do ensino médio, mais três, para entrar neste estrato da PEA, em que a desocupação se faz menor, um indivíduo precisa fazer um curso de nível superior. Entre aqueles que venceram de 8 a 10 anos de estudo, tendo no máximo finalizado o ensino fundamental, a taxa se

apresentou nos seus mais elevados patamares, em média 49,7% maior que as taxas gerais de desocupação registradas na Tabela 1. Em magnitude menor, mas, ainda assim, acima da média geral, a desocupação afligiu o estrato de pessoas com tempo de estudo entre 11 e 14 anos, com taxas de 0,6 a 1,5 p.p. maiores.

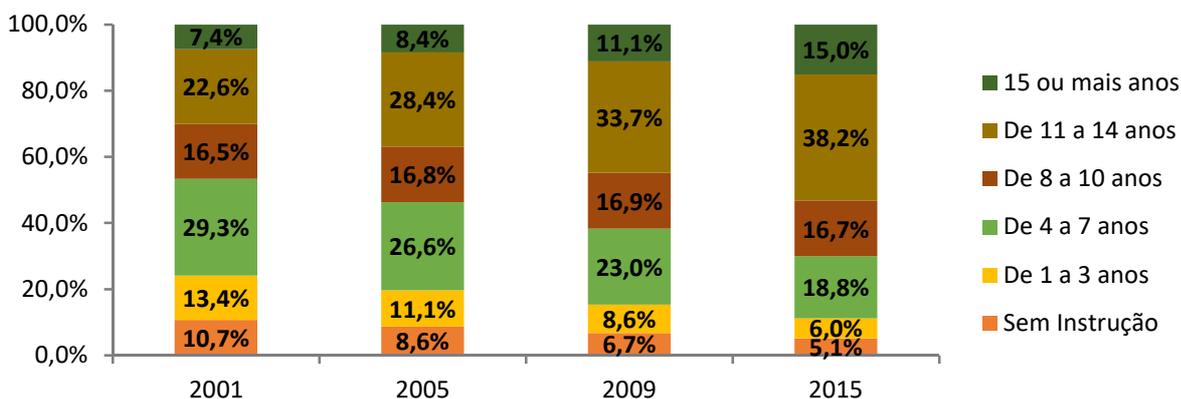
A partir de outra perspectiva de análise, a do universo dos indivíduos ocupados, os dados da PNAD deixam clara a elevação da escolaridade desse grupo populacional (Gráfico 2). A parcela com 11 anos ou mais de estudo, que, no mínimo, finalizou o ensino médio, em 2001, abrangia menos de um terço do total (30,0%); já em 2015, perfez mais da metade (53,2%). Por outro lado, o subconjunto dos indivíduos com até 7 anos de estudo que, em 2001, compunha 53,4% dos ocupados, registrou queda de 44,0%, totalizando, no último ano analisado, 29,9%.

Gráfico 1 - Evolução da taxa de desocupação por faixas de anos de estudo – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015



Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 2 – Evolução da distribuição relativa da ocupação por faixas de anos de estudo – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015



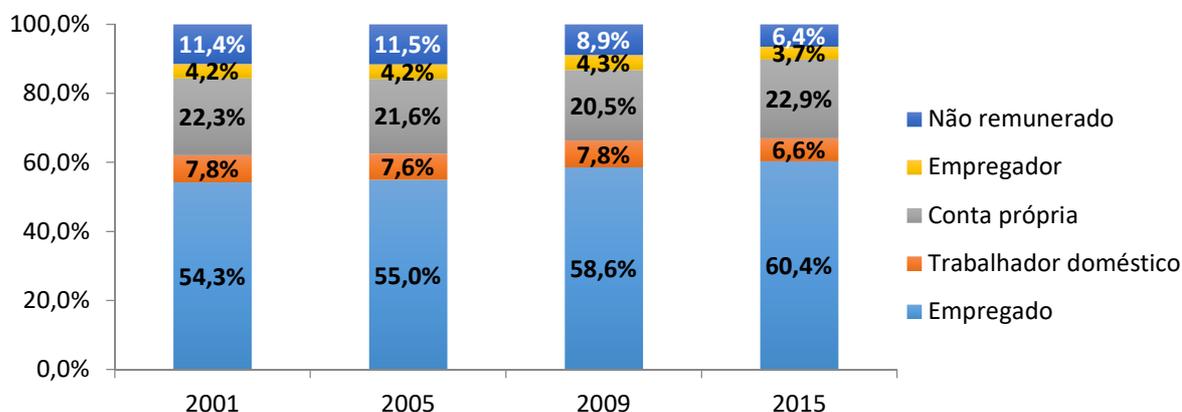
Fonte: IBGE/PNAD

Além desses fatos, é importante que sejam levadas em conta as possíveis posições em que se inseriram os trabalhadores no universo da ocupação. Isto porque cada vez mais, como será observado na sequência, um maior número de anos de estudo finalizados pode não representar garantia de inserção em uma posição desejada. Cada uma das cinco posições de ocupação mais frequentes, quando consideradas sob a perspectiva de faixas de anos de estudo, pode melhor revelar tal realidade.

4 O UNIVERSO DOS OCUPADOS SOB A ÓTICA DA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

Ao se analisar a evolução da distribuição relativa da ocupação por posição no interior do seu conjunto, verifica-se que, dentre suas cinco mais significativas categorias – empregado, doméstico, conta própria, empregador e não remunerado, entre os anos de 2001 a 2015, duas delas, quais sejam, empregado e conta própria, tiveram variações positivas (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Evolução da distribuição relativa da ocupação por posição ocupada – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015



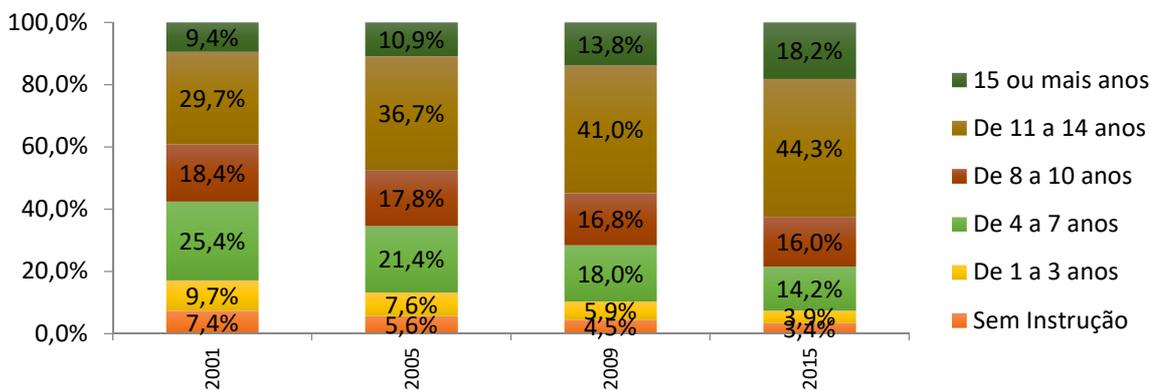
Fonte: IBGE/PNAD

O conjunto dos empregados cresceu 11,2%, saltando de 54,3% para 60,4%; já o dos conta própria, 2,7%, saindo de 22,3% para 22,9%. Os das demais três posições sofreram redução relativa; a mais significativa se deu para o contingente dos não remunerados, que caiu 43,9%; o dos trabalhadores domésticos diminuiu 15,4%, e o dos empregadores, 11,9%.

Lançando-se olhar sobre a composição do subconjunto dos empregados do ponto de vista das faixas de anos de estudo (Gráfico 4), observou-se significativas alterações durante o período analisado: reduções nas participações das faixas com até 10 anos de estudo e efeito inverso nos dois subconjuntos com maior carga de tempo de estudo.

De modo preciso, tem-se que a parcela com até 10 anos de estudo, que compunha 60,9% dos empregados, em 2001, passou, em 2015, a abranger 37,5%. Já a dos indivíduos com 11 ou mais anos de estudo saltou de 39,1% para 62,5%. Este crescimento se deu em função das expansões de 93,6% da parcela com 15 ou mais anos de estudo e 49,0% da de empregados com tempo de estudo de 11 a 14 anos.

Gráfico 4 - Evolução da distribuição relativa da posição ocupada empregado por faixas de anos de estudos – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015



Fonte: IBGE/PNAD

Em relação à escolaridade entre os ocupados na posição de trabalhadores domésticos, esta deu claros sinais de elevação, já que, em 2001, apenas 7,0% possuía 11 ou mais anos de estudos e 23,6% apresentava-se com 8 anos ou mais. Quando feita esta mesma avaliação para 2015, vê-se que as faixas com 11 ou mais anos de estudo haviam mais que triplicado, perfazendo 24,3%; a dos trabalhadores domésticos com 8 anos ou mais de estudo, a parcela quase que dobrou de tamanho, saltando de 23,6%, em 2001, para o patamar de 46,7% da força de trabalho doméstica em 2015 (Gráfico 5).

Embora percentualmente ainda baixo, é importante destacar o surgimento estatístico do trabalhador doméstico de nível superior de escolaridade, com 15 ou

mais anos de estudo, nesta que é comprovadamente uma das posições na ocupação em que as condições de trabalho se fazem mais precárias (SIQUEIRA, 2018, p. 162-164). Tal classe, que inexistia em 2001, apresentou-se, em 2015, abrangendo 1,6% do subconjunto em questão (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Evolução da distribuição relativa da posição ocupada trabalhador doméstico por faixas de anos de estudos – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015



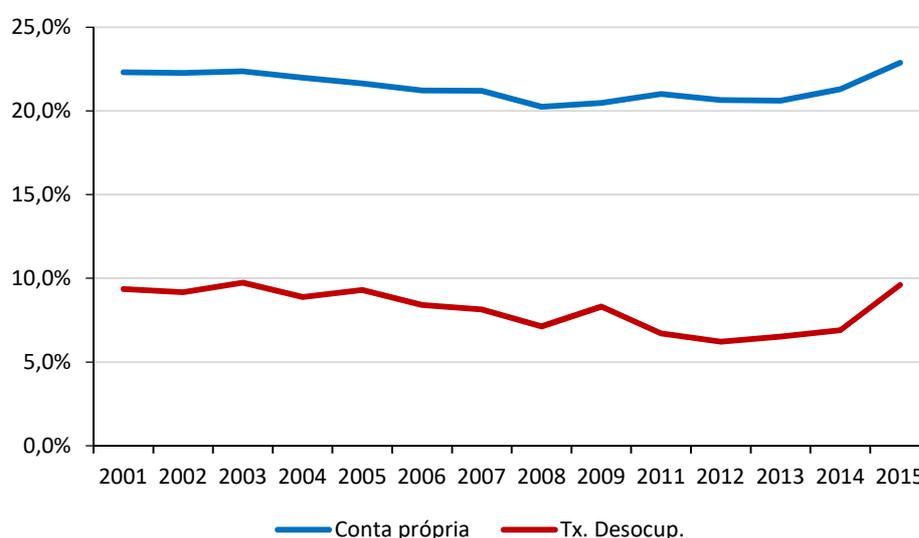
Fonte: IBGE/PNAD

Além do trabalhador doméstico, outra posição em que a precariedade do trabalho se faz presente em diversos dos seus aspectos é a do trabalhador por conta própria. Em geral, os trabalhadores por conta própria têm jornadas mais extensas, apresentam rendimentos inferiores àqueles que são empregados, não estão cobertos por boa parte dos institutos da seguridade social, não se encontram associados ou sindicalizados e suas condições de trabalho são altamente instáveis (PAMPLONA, 2001, p. 119). Entre suas atividades econômicas, uma das que, atualmente, melhor pode servir de exemplo desta realidade é a dos motoristas associados à Uber, com jornada de trabalho e remuneração flexíveis, inexistência de obrigatoriedade de contribuição para previdência social e total incerteza quanto à possibilidade de permanência na realização daquele serviço.

Entre 2001 e 2015, o subconjunto dos conta própria que apresentou uma tendência à queda até 2013, cresceu (Gráfico 3). O comportamento das variações da sua participação no global das ocupações, mesmo não apresentando alterações quantitativamente similares, seguiu a cada ano, quase sempre, a mesma direção da taxa de desocupação (Gráfico 6).

Em verdade, procedendo-se o teste de correlação entre os dados desses dois indicadores, para o período estudado, verificou-se forte relação (0,817), positiva, entre a variação da desocupação e a participação da posição por conta própria na ocupação, permitindo-se afirmar que esse tipo de ocupação tende a crescer com elevações na taxa de desocupação, não sendo necessariamente o inverso verdadeiro, já que o crescimento da força de trabalho na posição de conta própria reduz a desocupação. Os dados refletem a realidade de que, quando o desemprego se alastra, as pessoas passam a ter mais dificuldade para garantir a sua reprodução material. Em função disso, muitas delas são compelidas a desenvolver alguma atividade produtiva por conta própria, especialmente no âmbito da informalidade, onde grassa a irregularidade da frequência de realização das atividades laborais e, conseqüentemente, dos rendimentos. Esta é, em verdade, uma das faces do processo de precarização do trabalho: camuflar o fenômeno do desemprego.

Gráfico 6 - Evolução anual da taxa de desocupação e da participação da força de trabalho na posição na ocupação conta própria, Brasil, 2001-2015



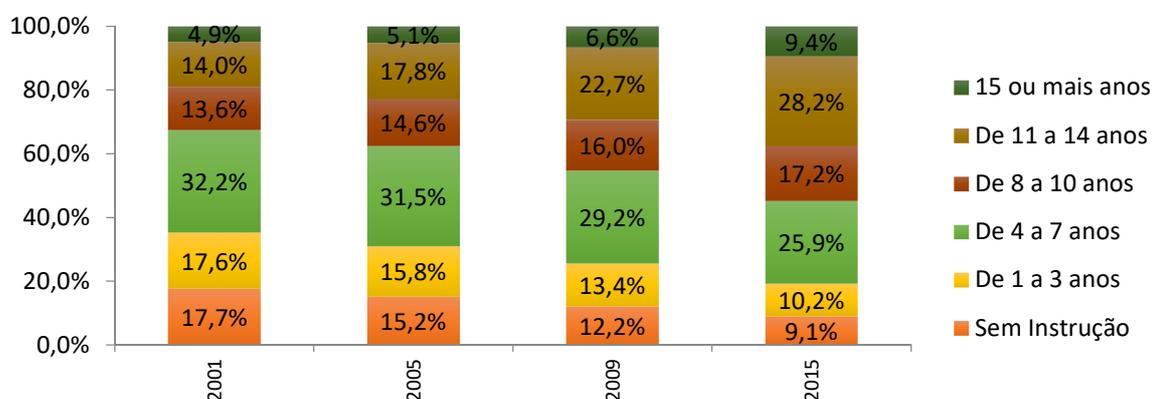
Fonte: elaboração própria

Analisando-se a composição da força de trabalho ocupada na posição conta própria a partir do ponto de vista das faixas de anos de estudo, pode-se observar que, entre 2001 e 2015, a parcela dos que tinham de 11 a 14 anos de estudo mais que dobrou, aumentando sua participação para 101,4%. A daqueles com maior

tempo de vida dedicada aos estudos cresceu 91,8%, saltando de 4,9% em 2001 para 9,4 em 2015 (Gráfico 7).

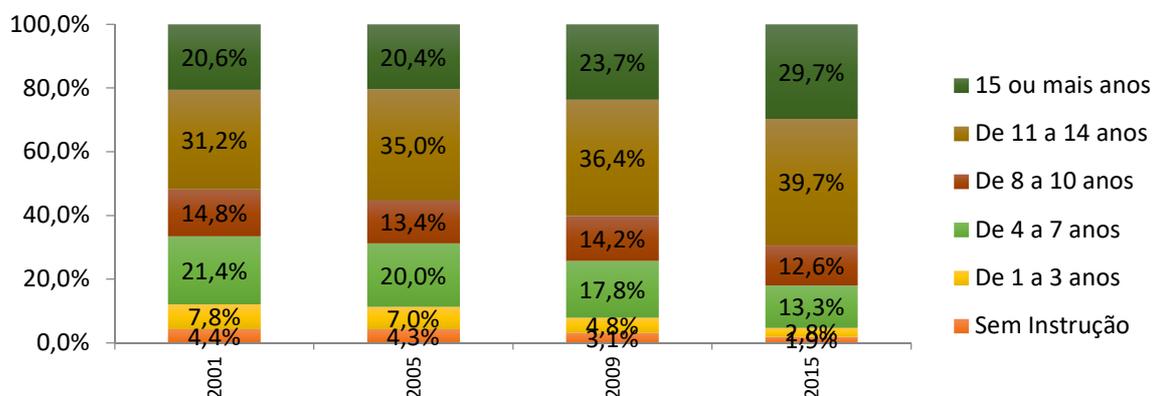
Direcionando a leitura para a avaliação da evolução da categoria de posição na ocupação com menor participação relativa, a de empregador, sob a ótica do seu tempo de estudo, durante todo o período estudado, vê-se que ela reuniu os indivíduos com as melhores credenciais educacionais (Gráfico 8). Isso porque, mais da metade dos empregadores tinha no mínimo 11 anos de estudo em 2001 (51,8%). Já em 2015, esta parcela havia aumentado para mais de 2/3 (69,4%).

Gráfico 7 - Evolução da distribuição relativa da posição ocupada conta própria por faixas de anos de estudos – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015



Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 8 - Evolução da distribuição relativa da posição ocupada empregador por faixas de anos de estudos – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015



Fonte: IBGE/PNAD

Em relação à distribuição dos não remunerados por faixas de anos de estudo, embora tenha se verificado para o período uma elevação na participação das

peças com mais tempo dedicado aos estudos, a grande maioria desses trabalhadores (68,4%) tinha até 7 anos de estudo em 2015. Em 2001, essa fragilidade educacional em termos formais era ainda mais acentuada, posto que correspondia a 82,7% desse subconjunto dos ocupados. Para contrabalancear esse movimento, a parcela com 11 anos ou mais de estudo que representava 7,0% desses trabalhadores, em 2001, passou, em 2015, a responder por 16,2% (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Evolução da distribuição relativa da posição ocupada não remunerado por faixas de anos de estudos – Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015



Fonte: IBGE/PNAD

5 A FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO

Dentre as transformações verificadas sobre a ocupação no Brasil durante a última década do século XX, podem ser destacadas a informalização e a flexibilização das formas de contratação do trabalho. No presente artigo, tendo por base a experiência de Schneider e Rodarte (2006, p. 82-88) e do IPEA, que, a partir de dados da PNAD, elaborou o indicador de grau de informalidade do trabalho (IPEADATA), denomina-se de ocupações flexibilizadas o conjunto das ocupações sem carteira assinada, conta própria, de produção para próprio consumo e não remuneradas, de forma a analisar, para o período de 2001 a 2015, como o processo da flexibilização do trabalho no Brasil se apresentou.

Observando-se a evolução da participação das ocupações flexibilizadas, verifica-se uma queda de 17,3% nos quinze primeiros anos deste século, saindo de 57,9% das ocupações em 2001 para 47,9% em 2015 (Tabela 3).

Tal fato se deve às melhores condições de inserção decorrentes da queda verificada na desocupação até 2013, à intensificação da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (SIMÃO, 2009), corroborada, a partir de 2014, pela implantação do Sistema de Escrituração Fiscal Digital, SPED Social ou eSocial. Este sistema informatizou e unificou por completo as declarações trabalhistas acessórias que são feitas pelos empregadores aos mais diversos órgãos governamentais, facilitando o processo de fiscalização do trabalho.

Tabela 3 - Evolução da participação da ocupação flexibilizada no total da ocupação, Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015

DISCRIMINAÇÃO	Ano			
	2001	2005	2009	2015
Ocupados	76.936.438	87.695.271	93.783.537	95.380.483
Ocupados flexibilizados	44.533.419	49.595.688	48.289.944	45.660.410
% de Ocupação flexibilizada	57,9%	56,6%	51,5%	47,9%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), 2001, 2005, 2009 e 2015.

Alternando a leitura das ocupações flexibilizadas para o recorte por faixas de anos de estudo, verifica-se um grande crescimento da parcela percentual da força de trabalho com maior tempo de instrução formal (Tabela 4). Os indivíduos com 11 a 14 anos de estudo submetidos a condições flexíveis de trabalho aumentaram 103,8% sua participação entre 2001 e 2015. Simultaneamente, a força de trabalho com maior escolaridade ampliou sua fatia de 3,4% para 8,0% - incremento de 135,3%.

Tabela 4 - Evolução da distribuição da ocupação flexibilizada por faixas de anos de estudo, Brasil - 2001, 2005, 2009 e 2015

Anos de Estudo	Ano			
	2001	2005	2009	2015
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Sem Instrução	16,6%	14,3%	12,3%	9,8%
De 1 a 3 anos	18,5%	16,0%	13,4%	10,7%
De 4 a 7 anos	33,5%	32,3%	29,7%	26,1%
De 8 a 10 anos	14,3%	16,1%	17,5%	18,2%
De 11 a 14 anos	13,3%	17,2%	21,6%	27,1%
15 ou mais anos	3,4%	3,9%	5,2%	8,0%
Não determinado	0,4%	0,3%	0,2%	0,2%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), 2001, 2005, 2009 e 2015.

6 A RENDA DO TRABALHADOR DO PONTO DE VISTA DO TEMPO DE ESTUDO

No que tange às condições de trabalho, a renda (preço da força de trabalho) é, certamente, o indicador mais significativo. No período de 2001 a 2015, a classe trabalhadora obteve em média, uma elevação de 33,3% (ou 1,9% a.a.) do seu rendimento real mensal. Tal processo de crescimento se deu primordialmente a partir de 2005 (Tabela 5).

Tabela 5 - Evolução anual do rendimento real médio mensal, Brasil – 2001/2015

Ano	Rendimento Médio	
	Nominal	Real (1)
2001	R\$ 362,28	R\$ 903,87
2005	R\$ 521,28	R\$ 927,13
2009	R\$ 733,90	R\$ 1.096,82
2015	R\$ 1.204,71	R\$ 1.204,71

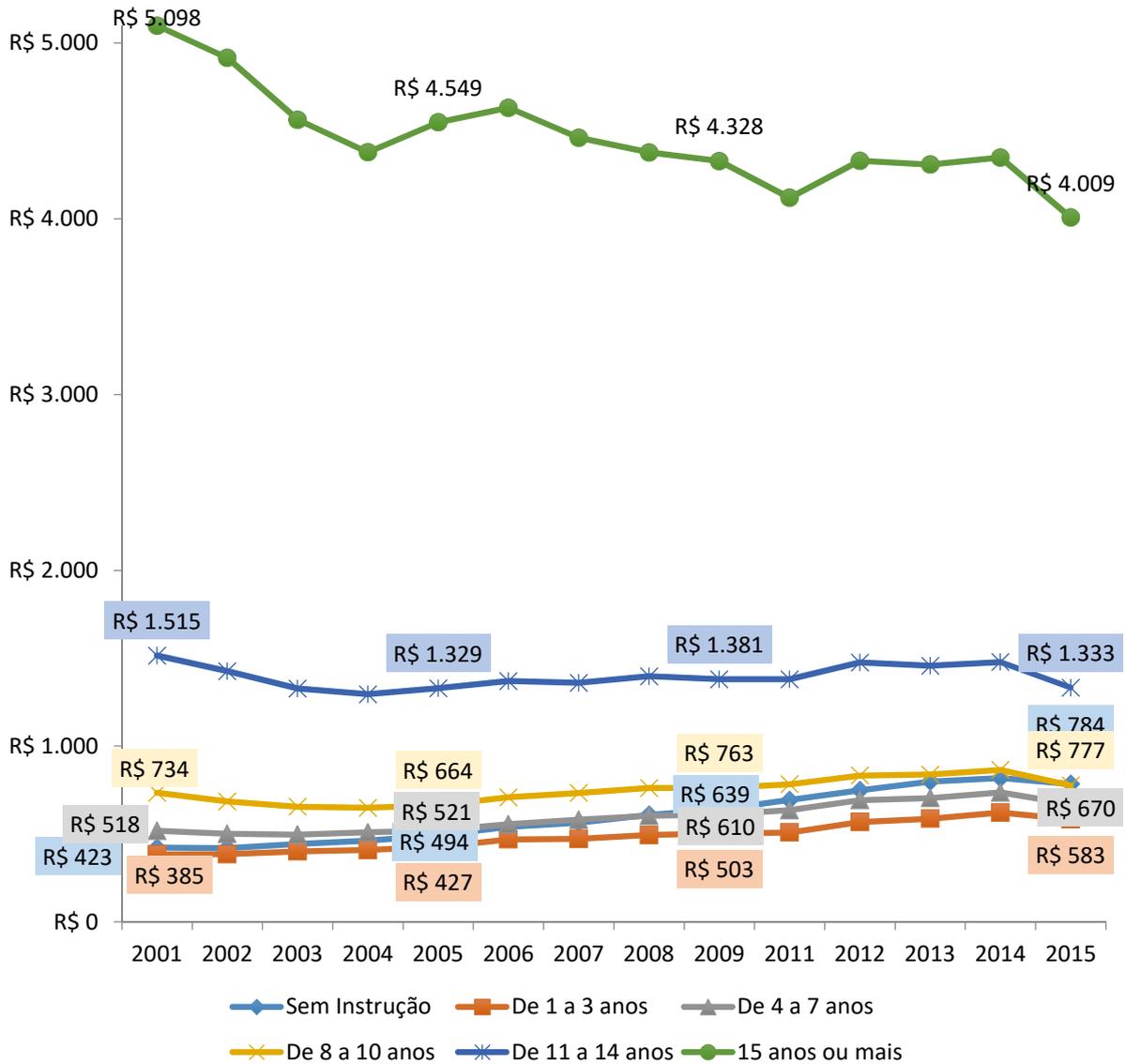
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), 2001/2015.

(1) A preços de 2015, com base no IPCA/IBGE.

A evolução do rendimento médio mensal real quando analisada a partir do ponto de vista do tempo de estudo dos trabalhadores apresenta pelo menos dois fatos curiosos. O primeiro refere-se à queda das rendas médias das duas classes com mais tempo de estudo (Gráfico 10).

A força de trabalho com 15 ou mais anos de estudo, que recebia em média R\$ 5.098,00 por mês, em 2001, fechou o ano de 2015 com renda mensal média real de R\$ 4.009,00 – uma redução de 21,4% do seu poder de compra. Movimento em direção similar, mas de queda menos intensa, ocorreu em relação aos proventos médios mensais daqueles que completaram de 11 a 14 anos de estudo, que decresceram 12,0%, entre 2001 e 2015.

Gráfico 10 - Evolução anual do rendimento real médio mensal por faixas de anos de estudo, Brasil - 2001 a 2015



Fonte: IBGE/PNAD

No extremo oposto das classes desse recorte, entre os trabalhadores sem instrução, o rendimento médio mensal teve seu maior crescimento no período em análise (85,3%), fazendo com que, em 2015, uma pessoa com menos de um ano de

estudo ganhasse em média pouco mais que os trabalhadores com até 10 anos de estudo (0,9%). Naquele ano, um trabalhador sem instrução recebia em média 17,0% a mais que o trabalhador com 4 a 7 anos concluídos de estudo. Sua renda também era 34,5% superior à do trabalhador com 1 a 3 anos de estudos.

Importante destacar as grandes diferenças em termos de rendimento que existem entre a força de trabalho com até 10 anos de estudo e os trabalhadores com tempo de estudo de 11 a 14 anos, bem como dessa classe para aquela que lhe é superior. No ano de 2015, em média, o indivíduo com ensino médio finalizado ou próximo desse patamar recebeu em torno de 71,5% a mais que aqueles indivíduos com até 10 anos de estudo. No mesmo ano, trabalhadores que ingressaram e terminaram o ensino superior obtiveram proventos médios mensais três vezes maior que aqueles finalizaram até o 14º ano de estudo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se leva em consideração o processo histórico de formação social do Brasil e do seu mercado de trabalho, marcados pela herança escravista e pela negligência em relação à qualificação da força de trabalho, é imperativo o destaque do fenômeno da intensa elevação da escolaridade da oferta laboral brasileira no início do século XXI. Para uma maior chance de inserção entre os ocupados, a economia de mercado força que o indivíduo busque por qualificação, sem, contudo, garantir-lhe a inserção desejada. Por isso, verifica-se uma realidade que, em alguns aspectos, contraria as expectativas constituídas de que uma maior dedicação de tempo aos estudos seria sinônimo de uma melhor inserção no mercado de trabalho. Observando-se a oferta de trabalho sob as perspectivas do desemprego, da precarização dos contratos de trabalho e da renda da população ocupada, verificaram-se fatos surpreendentes ao senso comum.

Efetivamente, o universo das ocupações passou a ser majoritariamente constituído por pessoas com pelo menos o ensino médio concluído. Tal fato resulta naturalmente, dentre outros motivos, da ampliação da oferta de mão de obra com tal característica. Os indivíduos com 11 a 14 anos concluídos de estudo, em especial, enfrentaram uma maior concorrência, uma taxa de desocupação acima da média

geral, flexibilização dos vínculos contratuais de trabalho e conseqüente tendência à queda da renda média.

O desemprego se fez efetivamente menor entre os trabalhadores que ingressaram no ensino superior. A renda desta classe é em média significativamente maior que a média geral (232,8%), embora tenha apresentado, nos quinze anos analisados, uma queda que, em termos absolutos (menos R\$ 1.089,00), se aproximou da renda média da faixa que lhe é imediatamente inferior (R\$ 1.333,00).

Dentre as três faixas com maior tempo de estudo, apenas a dos trabalhadores com 15 ou mais anos de estudo apresentou em média taxa de desocupação abaixo da média geral entre 2001 e 2015. As outras duas, que compreendem os indivíduos com 8 a 14 anos de estudo, foram os que mais sofreram com o desemprego; mais que os trabalhadores sem instrução ou que aqueles que finalizaram até 7 anos de estudos.

A estratégia de elevação das credenciais escolares por parte dos trabalhadores se traduz em mais ampla inserção na ocupação e maiores rendas médias. Estas, entretanto, embora mais elevadas, decrescem de forma significativa nos dois estratos com credenciais escolares maiores, em que também crescem os vínculos flexibilizados de trabalho. Assim que, hoje, no Brasil, não necessariamente, mais estudo se transforma em menor taxa de desemprego ou maior segurança social advinda dos contratos de trabalho.

Alguns fatos demonstrados pelos dados da PNAD que chamaram a atenção estão relacionados à classe dos trabalhadores sem instrução. No âmbito deste subgrupo populacional, a taxa de desocupação foi a segunda menor; a valorização da média salarial foi a maior em termos absolutos e a participação entre as ocupações flexibilizadas foi a segunda menor. Tais evidências poderiam levar a uma absurda conclusão: a de que, no atual contexto do mercado de trabalho brasileiro, seria melhor ficar sem instrução que iniciar os estudos e não terminar o ensino superior. Esta ainda não é uma verdade, já que a média salarial de um trabalhador com ensino médio completo que consegue uma ocupação é 70,0% maior que a daquele outro trabalhador. Entretanto, se compararmos sua inserção no mercado laboral brasileiro, em 2015, com a dos trabalhadores com 1 a 10 anos de estudo, segundo a PNAD, melhor seria seguir sem estudar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho / Giovanni Alves. 2. Ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/21224389/446627105/name/DRP.pdf>>. Acessado em 13/10/2017>.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

OFFE, C.; HINRICHS, K. Economia social do mercado de trabalho: diferencial primário e secundário de poder. In: OFFE, C. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. (Biblioteca Tempo Universitário n. 85. Série estudos alemães, v. 1).

POCHMANN, Marcio. Raízes da grave crise do emprego no Brasil. In: **O Trabalho no Século XXI**. Salvador: Sindicato dos Bancários da Bahia, 2002.

POCHMANN, Marcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SCHNEIDER, Eduardo M.; RODARTE, Mario Marcos S. Evolução do mercado de trabalho metropolitano - entre meados das décadas de 1990 e 2000. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 4, p. 74-102, out./dez. 2006. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n04/v20n04_06.pdf. Acesso em: 20 out. 2017.

SIMÃO, Anna Rosa Alux. Sistema de vigilância e fiscalização do trabalho no Brasil - efeitos sobre a expansão do emprego formal no período 1999-2007. In: **MERCADO de Trabalho** - conjuntura e análise, IPEA, maio/2009. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/03_NT2Anna_Si_mao.pdf. Acesso em: 12 fev. 2018.

SIQUEIRA, Leonardo M. L. C. de. **A dimensão social do desenvolvimento sob a ótica do trabalho no Brasil do Século XXI**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Salvador, 2018.